

## Vibrações

Segunda reunião GTT - São Paulo, 14 e 15/05/2014.

14/05/2014:

Presentes: Governo: Romulo Machado e Silva (DSST), Irlon Angelo Cunha (FUNDACENTRO), Cibele Flores (SRTE/RS), Marcos Góis (SRTE/DF), Luiz Alfredo Scienza (SRTE/RS); Trabalhadores: Sergio Latance Jr. (Assessoria UGT), Ana Paula Lima (UGT), Jairo José da Silva (NCST), José Manoel Teixeira (FNE-UGT); Empregadores: Tiago Becker (NTU), Gisette Nogueira (CNA-UNICA), Moacir Cerigueli (CNI), Andre Dantas (CNT-NTU).

Romulo iniciou os trabalhos com a apresentação dos presentes e dos acontecimentos da primeira reunião, solicitando que os trabalhos fossem iniciados com o tratamento do texto apresentado na reunião anterior. Depois apresentou quatro diferentes textos com propostas (texto da consulta pública, texto com contribuições da consulta pública, proposta para anexo da NR9 e proposta para anexo 8 da NR15).

O representante dos trabalhadores, Jairo, sugeriu que fosse feita uma ata da reunião e que as discussões ocorressem em torno da NR15, não apenas em relação a NR9, destinando um dia da reunião para cada tema.

Romulo explicou que as discussões ocorrerão simultaneamente, como na reunião anterior, sendo que as discussões em torno da NR15 só acontecerão em torno do tema proposto (vibrações).

Sérgio Latance sugeriu que fosse separado o que será proposto para entrar na NR9 e o que irá para NR15. E depois, discutir separadamente cada um dos itens, mas em paralelo, devido aos limites (sejam eles preventivos ou de caracterização de insalubridade).

Romulo solicitou que fosse verificada a estrutura textual, para demonstrar que não existe necessidade de trabalhar desta maneira até que se chegasse ao item 4 do texto.

Teixeira arguiu a ausência do Ministério Público do Trabalho. Romulo informou que eles participam conforme solicitação do próprio MPT, e que tal solicitação não havia sido feita.

Mais uma vez Sérgio questionou a ata anterior, se havia tempo para solicitar alterações. Romulo pediu que as solicitações de alteração de ata fossem encaminhadas a ele durante o dia e que seriam avaliadas no dia seguinte.

Romulo apresentou o texto que foi enviado para consulta pública, e deixando claro o que vai para a NR9 e o que vai para NR15, começando pelos objetivos do anexo da NR9.

Sérgio sugeriu que fosse alterada a redação do objetivo da norma, onde fique claro que deve ser definido critério para agravamento de doenças não somente para prevenção.

Cibele perguntou se seriam adotados critérios democráticos para definição dos itens, pois não está havendo consenso na proposta dos trabalhadores. A bancada do governo concordou que a redação do item que havia sido proposta anteriormente estava mais clara e concisa.

Romulo fez a observação que o detalhamento da norma ocorrerá em um manual e que deve ser o mais limpo e objetivo possível.

Cibele recordou que entre os objetivos da NR9 está prevista a alteração sugerida, portanto, não havendo necessidade de colocar novamente em seu anexo.

Sérgio enfatizou que por se tratar de um texto técnico legal, deveria conter a palavra.

Gisette reforçou que como norma reguladora, deve possuir um texto sucinto, e que não deve ser detalhado, não sendo objeto do anexo da NR9 esse nível de detalhamento.

Sérgio, mais uma vez reforçou que não está inchando a norma, e que deve ser claro o objetivo da norma.

Romulo colocou o item em votação, deixando clara a proposta dos trabalhadores. Sendo que a bancada de governo e a patronal concordaram que o item original é o mais adequado para constar da norma.

Romulo passou ao item 1.1.1, removendo os itens que iriam para NR15,

Sérgio sugeriu que a palavra “critérios” seria mais adequada.

Scienza sugeriu acrescentar a palavra “caracterização” ao item.

As três bancadas concordaram com as alterações propostas.

Romulo passou para o texto a ser proposto na NR15, item 1.1 e fez alterações.

Sérgio propôs que o uso das palavras “indicadores” ou “critérios” fosse definido ao final, após chegar ao final da norma, onde houve consenso.

Romulo passou ao item 2.

Sérgio sugeriu que fosse colocado “durante a vida laboral do trabalhador” ao final do 2.1.

Gisette foi contra e explicou que a NR9 deveria ser alterada, caso seja alterado o anexo da NR9.

Romulo salientou que isso está implícito em todas as Normas Regulamentadoras e que não deve ser detalhado no anexo.

Cibele leu itens da NR9 e NR7, que demonstram que a já existe esse entendimento em outras Normas Regulamentadoras.

Scienza concordou com a ideia conceitual da proposta feita por Sérgio, mas que citar essa proposta em todas as NRs seria inchar o texto legal, e que a oportunidade de inseri-lo no texto geral da NR1 ocorrerá. Após discordância da bancada de governo e patronal, que concordaram com o item original, a bancada dos trabalhadores solicitou que o item fosse discutido depois de pensarem melhor acerca do assunto.

A bancada patronal sugeriu a inclusão do item 2.1.1 e explicou a proposta. Entretanto a bancada de governo explicou não ser possível gerar obrigações para o poder público por meio de uma norma regulamentadora, uma vez que esta decorre da competência regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego, sediada na Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece obrigações para empregadores que admitem trabalhadores via CLT.

Os trabalhadores concordam que essa seria uma proposta ideal, apesar da ausência de competência legal.

Passou-se a discussão do item 2.2. Thiago arguiu a possibilidade de se inserir as limitações (estradas ruins, nível tecnológico, questões técnicas, etc.) no item 2.2.

Após intensa discussão do item 2.2 acerca dos “menores níveis possíveis”, ou “reduzidas a níveis seguros”, ou “abaixo dos níveis de ação”. Romulo sugeriu que parassem para reunião de bancada, e retornassem após as 13:30, discutindo-se o posicionamento acerca do andamento dos trabalhos.

Sérgio informou que a bancada dos trabalhadores havia requisitado que esta reunião não ocorresse, pois a bancada dos trabalhadores não está alinhada e com posicionamento definido junto a sua bancada.

Romulo informou que o texto já está disponível desde dezembro e já se passaram 6 meses.

A bancada patronal gostaria de deixar registrado que deseja cumprir com a agenda devido ao cancelamento de outros compromissos e que estão presentes e alinhados entre si, que desejam sair daqui com questões definidas e que não concordam com o protelamento que está ocorrendo.

O item 2.2 foi discutido sem que fosse chegado a um consenso, e ficou decidido que seria verificada a possibilidade de se mesclar ele ao item 2.1.

O item 2.3 foi discutido no intuito de que já está presente no texto geral da NR9 (itens 9.5.1, 9.5.2 e 9.6.2), e a bancada de governo sugeriu que fosse suprimido.

Jairo sugeriu que fosse colocado no item que deve ser encaminhado ao sindicato dos trabalhadores as avaliações realizadas.

Scienza informou que a convenção 148 da OIT (da qual o Brasil é signatário) prevê a questão do acompanhamento dos trabalhadores (e seus representantes legais) no caso específico de vibrações (além de outros).

Moacir ressaltou que este não é o fórum adequado para tratamento do assunto, pois a discussão da NR1 acontecerá em breve, e deve ser tratado em uma questão geral, posto que ao se tratar no anexo, quem pode acabar sendo prejudicado é o próprio trabalhador.

Sérgio ressaltou que a NR1, apesar de necessitar de reformulação, era muito bem redigida, com aspectos gerais adequados para alteração da realidade de segurança e saúde dos trabalhadores.

Romulo apresentou a sugestão do item 2.3.1, onde apresenta procedimentos de avaliação e metodologias a ser feita pela NHO e normas da FUNDACENTRO. Foi consenso de que o item deve ser discutido juntamente com o item 4.

O item 2.4 foi aprovado.

No item 2.5 foi questionado pela bancada patronal, pois citaram existir equipamentos onde não há norma prevista para calcular valores de aceleração, bem como de equipamentos que possuem diferentes normas para este mesmo cálculo.

Sérgio argumentou que é interessante amadurecer a ideia para avaliação do item.

Antes do início do item 3, Romulo solicitou que Irlon explicasse a ideia por trás deste item.

Sérgio insistiu que a norma deve ser detalhada e que exemplos devem ser citados no texto normativo.

A bancada de governo defendeu que em um regulamento técnico não deve ser inserido esse nível de detalhamento, apenas em um manual.

Foi levantado pela bancada patronal que os itens 3.2 e 3.3 talvez estejam em conflito com a própria NR9.

Cibele reforçou que os itens devem ser “linkados” ao item 9.3.3 (talvez retirando os itens 3.2 e 3.3) do anexo.

Scienza se posicionou que a NR15 deve ter apenas os valores relativos ao pagamento ou não da insalubridade, ambas bancadas concordaram e todo o item 4 foi transposto para NR9 a fim de ser discutido ponto a ponto o que irá definitivamente para a NR9.

Foi sugerido pela bancada de governo que os procedimentos de medição para VCI e VMB devem ser feitos em conformidade com as Normas de Higiene Ocupacional publicadas pela FUNDACENTRO.

Tiago levantou a questão de que as NHO podem não prever todas as situações existentes na realidade e se existe uma previsão de seguir normatização internacional.

Foi colocado pela bancada de governo, que, apesar de pertinente, não é possível exaurir e informar toda legislação internacional acerca do tema dentro do corpo da norma.

Os trabalhadores solicitaram tempo para avaliar a sugestão feita pelo governo no item 4.1.1 e a bancada patronal aprovou.

Depois de um breve recesso, passou-se a discussão do item 4.2.1.

Tiago sugeriu que fosse retirado o termo (*aren*) do item. Cibele informou que deveria permanecer e que os demais parâmetros seriam descritos depois.

O item 4.2.2 foi sugerido pelos trabalhadores a colocação da tabela da ACGIH, utilizando-se o valor em três eixos.

O item 4.2.3 foi sugerido pelos trabalhadores a colocação da tabela da ACGIH, utilizando-se o valor em três eixos.

Sérgio argumentou que deveria ser utilizada a tabela da ACGIH, que até 2 horas existe um valor, e conforme o tempo for passando for enquadrando na tabela.

A bancada patronal concordou com os valores apresentados pelo governo.

Romulo passou para discussão dos itens 4.2.4 e 4.2.5, registrando as posições divergentes em relação a VMB.

Tiago levantou a questão de que se existir um equipamento de proteção capaz de reduzir a vibração, deveria ser previsto como agente atenuante, até mesmo um assento.

A bancada de governo explicou que para isso seria necessária alteração no conceito de EPI, e consequentemente da NR6. Ressaltou ainda que assento não é EPI.

No item 4.2.5 foi questionado pela bancada dos trabalhadores se as medidas de caráter corretivo deveriam ser adotadas de maneira imediata.

Não houve consenso na bancada de governo e a bancada patronal concordou com a redação original do item.

No item 4.3.1, Cibele pediu para incluir a conceituação de *aen*.

A bancada dos trabalhadores informou a proposta de 0,31 (resultante) sem valor de VDVR. A bancada patronal informou a proposta de 0,9 (resultante) e VDVR de 12.

Romulo passou ao item 4.3.3, onde os trabalhadores apresentaram a proposta de excluir o item “a” e o valor de 0,43 (resultante), sem proposta de valor para o VDVR. O patronato também solicitou a exclusão do item “a”, o valor de 2,0 (resultante) e o VDVR de 27,6.

André questionou se os valores do nível de ação ficariam na NR9 e os limites de exposição iriam para a NR15. Cibele informou que as duas informações eram necessárias na NR9 para que seja necessário adotar medidas preventivas e corretivas. Já na NR15 somente constará os valores de limites de exposição.

A bancada patronal concordou com o posicionamento do governo.

Cibele requisitou que os estudos referentes às propostas dos trabalhadores e empregadores fossem enviados ao seu e-mail ainda no dia da reunião, mesmo que de noite.

Presentes: Governo: Romulo Machado e Silva (DSST), Irlon Angelo Cunha (FUNDACENTRO), Cibele Flores (SRTE/RS), Marcos Góis (SRTE/DF), Luiz Alfredo Sienza (SRTE/RS); Trabalhadores: Sergio Latance Jr. (Assessoria UGT), Ana Paula Lima (UGT), Jairo José da Silva (NCST), José Manoel Teixeira (FNE-UGT); Empregadores: Tiago Becker (NTU), Gisette Nogueira (CNA-UNICA), Moacir Cerigueli (CNI), Andre Dantas (CNT-NTU).

Romulo iniciou a reunião com a leitura da ata da reunião anterior, a bancada dos trabalhadores sugeriu alterações que foram discutidas por todos os presentes.

Jairo solicitou que a reunião fosse gravada.

Romulo enfatizou que existem cerca de vinte e quatro grupos em atividade, e que nenhum deles é gravado atualmente, apenas a CTPP em razão do volume de informações produzido na reunião.

A bancada de governo sugeriu duas possibilidades de prosseguimento da reunião, a discussão dos números propostos no dia anterior ou prosseguir com o item 5 da norma.

André enfatizou que acha de suma importância que os números sejam definidos, pois outros pontos estão pendentes devido a esse número.

Cibele solicitou que os empregadores comessem, devido ao número deles ter sido a novidade da reunião no dia anterior.

André informou que o número de 2,0m/s<sup>2</sup> foi retirado de estudos de um bloco de países (Diretiva Europeia), que apesar de não ter um número claro nesses estudos, eles chegaram à conclusão de que este seria o melhor número escolhido. Ele questionou que o Brasil não possui dados suficientes para escolher um número, e que existe uma infinidade de números que não podem ser utilizados como base para qualquer escolha.

Cibele perguntou de onde havia surgido o valor do VDVR.

Tiago explicou que também veio da Diretiva Europeia, e explicou a fórmula de sua obtenção (bem como da aceleração de 2,0m/s<sup>2</sup>), e afirmou que a Diretiva não estabelece rigorosamente valores.

Cibele perguntou o motivo de terem sugerido a exclusão do valor de maior eixo.

André disse que os juízes se confundem quando existem diversos números e por esse desconhecimento acabam julgando em desfavor e com dificuldades.

Gisette disse que o ideal seria a existência de um único número para o limite de exposição, entretanto sugeriram dois valores por acreditar que, apesar de diferentes, ambos são equivalentes.

Irlon e Cibele discordaram.

André enfatizou que os valores são sim equivalentes, e que se um deles fosse excluído, não faria diferença.

Tiago disse que vários países europeus adotaram apenas um valor.

Tiago ainda ressaltou que qualquer justificativa que seja utilizada para os números será, no mínimo, tênue.

Irlon disse os estudos do VIBRISKS propõe a revisão dos limites da Diretiva Europeia para VCI.

Irlon afirmou que estudos do VIBRISKS clarificam que as lombalgias ocorridas podem ser decorrentes de vibrações inferiores ao limite proposto pela Diretiva Europeia.

Tiago afirmou que em estudos realizados no VIBRISKS não fica claro que as lombalgias são decorrentes de vibrações ou do número de horas trabalhadas em uma mesma posição.

Tiago se disse incomodado de importar números sem que hajam estudos no Brasil que corroborem tal escolha.

Scienza disse que não há no Brasil, em termos de estudos epidemiológicos, sequer mais de 6 estudos em termos de agentes químicos, e que infelizmente temos que importar estudos de outros países.

André afirmou que a proposta inicial da bancada patronal seria um estudo de 10 anos para que realmente fosse encontrado um limite real para o Brasil.

Irlon ponderou que a utilização dos três eixos para VCI, parte de estudos posteriores a Diretiva Europeia, como forma de compensação dos limites elevados presentes na mesma, visando corrigir distorções relacionadas a exposição dos trabalhadores, inclusive quando existem exposições significativas nos demais eixos. É importante que as ações preventivas se iniciem a partir do nível de ação, antes de se chegar ao limite de exposição.

Gisette disse que a bancada patronal não está discutindo a forma de cálculo (triaxial), mas que eles desejam que seja apenas um único valor, assim como é na NR15 da atualidade.

Gisette disse que a bancada patronal não está questionando a forma de cálculo (triaxial), mas que a proposta de bancada empresarial é que se utilize apenas um único número para o limite de exposição na NR-15.

Cibele informou que com o número sugerido de  $2,0\text{m/s}^2$  pode gerar situações graves e risco ao trabalhador, e que, de acordo com a soma matemática, é possível chegar a valores no maior eixo superiores ao dobro do limite alemão descartado na ordem de  $1,5\text{m/s}^2$ , chegando a ser absurdo.

André disse não ter mencionado absurdo em momento nenhum, e que não acredita que seus valores são absurdos. Que a bancada patronal está fazendo seu papel de defender e acreditar que sua proposta é válida e não absurda.

Tiago informou que o limite proposto pela bancada patronal foi definido a partir da soma dos limites de exposição para os três eixos da diretiva europeia. Informou também que não encontrou referências de valor limite para a vibração resultante, tanto aceleração RMS quanto VDV, e que, como a bancada do governo não abre mão do valor resultante, propôs que este limite seja extrapolado a partir de valores utilizados atualmente.

Moacir falou do NTEP; que a previdência não reconhece nenhuma doença relacionada a vibração de corpo inteiro. E que no CNAE do transporte urbano de passageiros possui 219 distúrbios relacionados ao trabalho, e destes, apenas 2 podem, talvez, ser relacionados à vibrações.

Irlon afirmou que se for levantar a questão médica, realmente existe carência de estudos que venham a estabelecer relações dose-resposta no Brasil.

André reforçou já que não existem no Brasil ou fora do País, estudos claros correlacionando a vibração com algum tipo de patologia, como causa única ou significativa, não podemos definir um limite sem termos esta clareza baseado em estudos técnicos e científicos.

Gisette afirmou que diversas áreas econômicas são impactadas pela ausência destes estudos e que as condições brasileiras são únicas, principalmente a do setor agrícola; que na Comunidade Europeia a área agrícola teve um prazo de 12 anos para adaptação, fato que não está sendo considerado na metodologia da consulta pública aqui no Brasil.

Ela afirmou que este grupo está inovando ao criar anexos para a NR9 e que deveria avaliar a possibilidade de se rever os números propostos para os LT dos anexos da NR-15

André afirmou que o sindicato patronal está em conjunto com diversos pesquisadores brasileiros procurando, a longo prazo, construir uma solução para o problema das vibrações, que há três anos ele não sabia o que era VCI, mas que hoje em dia já é uma realidade no meio.

O posicionamento deles é de uma solução a longo prazo. Gisette afirmou que assim é possível se fortalecer a NR9, e que o profissional terá o foco na prevenção do problema.

Cibele interpelou e retomou o assunto afirmando que o anexo 19 do relatório técnico do VIBRISKS afirma que os valores utilizados pela Diretiva Europeia são altos.

André disse ter lido o relatório e disse que eles não possuem validade, por terem sido utilizadas simulações em tecidos e não terem sido feitos com seres humanos em atividades cotidianas.

Tiago disse que o estudo é sério, contudo não conclusivo, e que não pode ser utilizado com a finalidade de atribuir um número a partir do qual será paga a insalubridade.

Scienza disse que concorda com a vontade do patronato de que sejam realizados estudos na área, que é da vontade tanto dos trabalhadores quanto do governo que o tema seja discutido, estudado e aprofundado, mas que deste fórum sairá um número inevitavelmente.

André disse que o patronato está entrando em contato com o diretor técnico do VIBRISKS, para que assim eles possam ter maiores informações do que está sendo feito atualmente.

Cibele interpelou o posicionamento da bancada dos trabalhadores.

Sérgio disse que muito do que já havia sido falado ele iria manifestar em algum momento, mas que não era necessário por já ter sido exposto pelo governo.

Romulo informou que o governo discorda do número apresentado pelo patronato, e interpelou a bancada laboral sobre o que eles achavam do número, e se eles teriam uma contraproposta.

A bancada dos trabalhadores solicitou 5 minutos para discutir o tema.

Jairo reforçou a necessidade de uma ata bem redigida e que os argumentos utilizados na discussão de hoje trouxeram novidades.

André informou que já existe material acerca do assunto, conforme exposto na audiência pública pelos especialistas Irlon, Cibele e Tiago, e que na reunião passada o material da memória exposto pela bancada patronal está adequado.

Sérgio começou sua fala dizendo que os argumentos da bancada patronal de que se trata de um assunto novo não são corretos e que ele mesmo havia avisado os empresários seis anos antes dos problemas relacionados a vibrações. Que esse assunto só se tornou inconveniente, pois várias ações que estão sendo perdidas nas vias judiciais diariamente relativas a vibrações.

Ainda durante sua fala, Sérgio afirmou: que realiza trabalhos em campo e que está ciente dos problemas existentes no campo das vibrações e que os trabalhadores estão adoecendo; que este é o local adequado para se tratar da prevenção do trabalhador; que o limite de tolerância da ISO 2631/85 para 8h, que é de  $0,63 \text{ m/s}^2$ , foi considerado excessivo pelos estudos da ACGIH que é o maior organismo de estudo e divulgação de higiene ocupacional, e que por isso considerou que o valor que protegeria o trabalhador seria a metade deste limite, que é  $0,31 \text{ m/s}^2$ ; com isso

afirmou que a nova edição da norma ISO 2631/97 estabeleceria uma faixa chamada zona de risco, onde existiria o risco potencial à saúde do trabalhador, que varia entre 0,43 e 0,86 m/s<sup>2</sup>, sendo certo que o ponto central desta faixa seria basicamente o próprio limite de tolerância da edição anterior da norma. Disse que a fundamentação da escolha do limite de tolerância de 0,43 m/s<sup>2</sup> por parte da bancada dos trabalhadores se fundamenta nestas duas normas internacionais (ISO 2631 e ACGIH), assim como no próprio conceito do item 15.1.5 da NR15 que define e conceitua o limite de tolerância como sendo a concentração ou intensidade máxima ou mínima relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante sua vida laboral. Assim disse, que segundo os estudos da ACGIH e, principalmente, a ISO, o único valor que não causaria dano à saúde do trabalhador, com alguma segurança estatística é o valor abaixo da zona de risco, abaixo de 0,43 m/s<sup>2</sup>, pois a própria norma e seus estudos dizem que a partir deste valor há risco à saúde do trabalhador, por isso é que não poderiam definir na NR15 um limite de tolerância cuja intensidade prejudique a saúde do trabalhador. Esta é a fundamentação da bancada laboral.

Sérgio solicitou da bancada patronal trabalhos, argumentos, estudos que corroborem que o valor de 2,0m/s<sup>2</sup> não trará problemas para a saúde do trabalhador, e que se não existe esse tipo de estudo, que se não existir este não é o fórum adequado para se tratar do tema.

Bancada patronal, não concorda com a interpretação dada aos trabalhos científicos citados, bem como a base extraída da ACGIH.

A bancada patronal afirmou que não existe certeza absoluta em nenhum dos casos, que inclusive os valores propostos pelo governo e trabalhadores são baseados em incertezas.

Sérgio rebateu dizendo que quando se há incerteza, os valores não devem ser maximizados.

Sérgio disse: que a bancada laboral não vai participar de discussão de números ou valores de limites de tolerância que não tenham fundamentação em estudos que informem qual o nível de proteção ao trabalhador, que a bancada não está disposta a aceitar ou discutir qualquer valor sem fundamentação sobre sua proteção ao trabalhador durante 25-35 anos de exposição, como diz o próprio conceito de limite de tolerância, para depois haver a possibilidade de arbitramento de valores intermediários em função das propostas colocadas pelas bancadas. Disse que os documentos fornecidos pela bancada do governo como sendo os estudos que fundamentaram os limites propostos pelo GT, na realidade corroboram a tese da bancada dos trabalhadores, uma vez que afirmam que os valores estabelecidos pela comunidade europeia, que é muito próximo pelo valor sugerido pelo governo foi considerado muito elevado, assim como o estudo do próprio VIBRISKS elaborado pelo pesquisador Bovenzi, fornecido pelo governo, afirmaria que o valor de 0,5 m/s<sup>2</sup> é aquele onde há necessidade de implementar medidas de vigilância técnica, administrativas e médicas para proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e segurança; e que o limite de 1,15 m/s<sup>2</sup> seria aquele, segundo seu entendimento, que jamais deveria ser ultrapassado; assim, argumentou que o valor de 0,5 m/s<sup>2</sup>, que é bem próximo do valor do limite de tolerância proposto pela bancada laboral, que é 0,43 m/s<sup>2</sup>, é o que deveria ser considerado, segundo seu entendimento, como estatisticamente seguro e simultaneamente atende a definição legal e técnica de limite de tolerância.

Sérgio perguntou o motivo de não terem sido colocados exemplos da Comunidade Europeia no texto legal, e afirmou que o motivo foi o fato de que as pessoas focariam naquele tema.

Neste momento Cibele afirmou que o motivo era porque se tratava de um texto legal.

Sérgio disse que se a proposta patronal fosse descartada eles então poderiam negociar e passou a explicar o motivo dos seus números.

O valor dos trabalhadores foi construído a partir da ISO de 1985, entretanto a ACGIH disse que o valor de 0,63 da ISO era excessivo para a proteção do trabalhador. A ISO revisou seus números e alterou a curva em 1997, mas afirmando que seus valores eram adequados para a proteção do trabalhador.

Irlon disse concordar em parte com a exposição feita por Sérgio, e que a ISO de 1985 utilizava o mesmo padrão para saúde, conforto e fadiga, e isso não era possível. Então ela sofreu modificações quando foi revisada em 1997, onde as curvas foram alteradas. A norma de 1997 cancelou a norma de 1985. Sérgio pegou a definição legal da NR15 sobre limite de tolerância, ou seja, valor a partir do qual não seja capaz de causar danos a saúde, e que a ACGIH não possui tal valor, mas sim uma faixa. E que não é possível pegar um valor. Se a Diretiva Europeia é um acordo comercial, a ISO também o é. E que a Europa inclui os fabricantes na melhoria dos equipamento, sendo assim possível atender aos limites propostos.

Segundo Sérgio, os valores do VIBRISKS, os valores de 0,5 de nível de ação devem ser utilizados para o pagamento da insalubridade.

Tiago afirmou que Bovenzi não fez esse tipo de associação e que não há números exatos suficientemente embasados de serem adotados como limites.

Romulo afirmou que toda a explicação dos trabalhadores, apenas corrobora a proposta do governo, de entrar com o nível de ação da proposta que foi a consulta pública, e que apenas a partir de um valor maior há o pagamento da insalubridade.

Depois de diversas discussões, Romulo ponderou que se ele se colocasse na posição dos trabalhadores, realmente penderia para o menor valor, mas que se fosse empresário também levaria o valor para cima. Ele pediu que ambas as bancadas procurassem um meio termo.

Sergio reforçou novamente que a bancada laboral não vai participar de discussão de números ou valores de limites de tolerância que não tenham fundamentação em estudos sobre o nível de proteção ao trabalhador; disse novamente qual é a definição de limite de tolerância da NR15 e que este conceito é o que segundo ele deveria prevalecer.

André disse que não pode flexibilizar.

A bancada de governo perguntou quanto ambas as partes podem flexibilizar.

Sérgio ponderou que a bancada dos trabalhadores entende que não estão discutindo números, mas sim a segurança do trabalhador, que Bovenzi disse que o valor em torno de  $0,5\text{m/s}^2$  é o mais seguro para a segurança do trabalhador.

Moacir solicitou que fosse registrado que se os trabalhadores concordam, deve-se acabar o adicional de insalubridade.

Sergio disse: que o valor europeu que trata do nível de ação, que é  $0,5\text{ m/s}^2$ , deveria ser importado diretamente como sendo o limite de tolerância da NR15, pois, segundo ele, os estudos do VIBRISKS apontam que este é o valor em que se iniciam os problemas para a saúde do trabalhador.

Jairo pediu a palavra e falou sobre os afastamentos de silicose em Mogi-Guaçu, que não ocorriam e passaram a ocorrer. Que os adoecimentos começaram a acontecer devido ao acompanhamento da saúde do trabalhador e que hoje em dia

difficilmente trabalhadores são afastados e adoecem por estes motivos devido ao trabalho feito no passado.

Jairo solicitou que os índices sejam levados a suas bases para uma discussão mais aprofundada e solicitou que a reunião fosse terminada, pois a discussão do item 5 dependeria da definição dos limites.

No início do período vespertino a ata da reunião anterior, foi, mais uma vez tratada. Após, Romulo iniciou os trabalhos ponderando que se alguma das bancadas teria mais algo a discutir em relação aos valores.

A bancada patronal informou que a proposta deles era a final e que não havia necessidade de levar o assunto para as bases.

Teixeira disse que o assunto dos valores não estava esgotado, e que gostaria de escutar os especialistas da FUNDACENTRO para embasar melhor o assunto quando fosse levado a sua bancada após a reunião.

Irlon discorreu a respeito das normas da FUNDACENTRO acerca do tema, que, inclusive, o quadro de julgamento e tomada de decisão presente na NHO 09, apresenta valores mais restritivos que aqueles propostos pelo texto que foi para consulta pública.

Com base na necessidade de se levantar outros conceitos que atualmente não estão presentes nas Normas Regulamentadoras (necessidade de prevenção, acompanhamento médico, acompanhamento de agravamentos e situações de risco, etc.), a proposta do governo foi elaborada.

No texto proposto pelo governo, todos os fatores levantados foram levados em consideração, ISO (inclusive normas revogadas), ACGIH, Diretiva Europeia, VIBRISKS e o que foi encontrado de mais moderno no mundo.

Entretanto, toda a documentação técnica estudada possuía limitações em relação à realidade do Brasil, como no caso da Diretiva Europeia que inclui os fabricantes e estabelece prazos para melhoria dos equipamentos (envolvendo questões comerciais).

Irlon entende que a proposta do governo é razoável do ponto de vista técnico e possível no momento, dada a realidade tecnológica que existe na atualmente.

Teixeira solicitou a presença do Ministério Público do Trabalho, e a bancada do governo informou que eles poderiam entrar em contato com o próprio MPT para que eles solicitem formalmente a entrada no GTT.

Na sequência, houve um momento de reunião da bancada de governo.

As bancadas patronal e dos trabalhadores chegaram juntos a conclusão de que seria necessária pesquisa para adequar os limites a realidade brasileira, restando dois pontos, o que fazer enquanto isso e o impacto dessa medida junto as centrais. A questão da insegurança jurídica preocupa ambas bancadas.

A duração da pesquisa seria de 2 anos, mas a bancada patronal estabeleceu um cronograma de 10 anos (antes da discussão), levando-se em conta inclusive o aspecto humano.

André disse que no momento ele vê o sindicato patronal e dos trabalhadores em direções diametralmente opostas e o único caminho é a arbitragem, sendo que ele não possui autonomia para mover sua proposta.

Sergio disse que não esta vendo a necessidade neste momento de haver arbitragem do limite de tolerância, o que precisa são as bancadas trazerem estudos que afirmem que os limites propostos por elas não causarão danos ou agravamento a saúde do trabalhador durante 25-35 anos de trabalho e que fora destes estudos a bancada dos trabalhadores não considerará qualquer proposta como sendo de limite de tolerância.

Romulo vê como algo extremamente relevante e crê que o estudo é altamente interessante, apesar de acreditar que dois anos é muito pouco. Entretanto, questionou o que deveria ser feito enquanto esse estudo não é finalizado. Citou que, com base nos estudos, poderia ser feita nova discussão para atualizar os valores que vierem a ser definidos no anexo, se fosse o caso. Disse que se o cenário não se alterar até a próxima reunião, o caminho a ser tomado pelo Governo é a arbitragem, uma vez que não houve consenso entre as bancadas de trabalhadores e empregadores.

Considerando todas as discussões realizadas, Romulo solicitou que as bancadas de trabalhadores e empregadores levassem para suas bases os valores propostos para nova avaliação, de modo a permitir que na próxima reunião aconteça avanços na direção da construção do consenso.

Por fim, foi lembrada que a próxima reunião esta agendada para os dias 2 (das 14 as 18h), 3 e 4 de junho, na FUNDACENTRO/SP.